CONTRATOS

GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS PÓS-REFORMA TRIBUTÁRIA E ESCALA 5X2

15 A 17 MAR/2027

BRASÍLIA/DF

CONHECIMENTO É PODER | CONHECIMENTO É PODER

- ***Estudo avançado e detalhado sobre as rotinas de gestão e fiscalização***
- ***Incluindo as medidas previstas no Decreto-Federal 12.174/2024, INs 147 e 148/2026 da Seges/MGI, EC 132, LC 214/2025 (e demais regulamentos da Reforma Tributária) e EC 141 (Fim da Escala 6x1)***

APRESENTAÇÃO

A execução dos contratos administrativos tornou-se, nos últimos anos, uma das etapas mais sensíveis e complexas das contratações públicas. A intensificação do controle pelos órgãos de fiscalização, aliada à evolução normativa recente — como o Decreto nº 12.174/2024 e as instruções normativas da Seges — impõe aos gestores e fiscais a necessidade de atuação cada vez mais técnica, segura e fundamentada. Soma-se a esse cenário o impacto da Reforma Tributária, que promove profundas alterações no sistema de tributação sobre o consumo, com reflexos diretos na formação de preços, nos custos contratuais e na análise de pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro.

Além disso, a Reforma Tributária impôs diversas mudanças na tributação sobre o consumo, afetando substancialmente a composição dos custos dos contratos administrativos. Nesse sentido demandará análise, cálculo, decisão e acompanhamento da gestão financeira do contrato, para evitar que desequilíbrios econômico-financeiros possam gerar sobrepreço ou prejuízo às contratadas.

Não menos importante, recentemente foi aprovada a EC 141/2026, reduzindo a jornada semanal de trabalho para cinco dias e duração máxima para 40 horas. Esa mudança provocará reflexo no cálculo do valor da hora do profissional, impactando contratos dimensionados por produtividade, além de refletir diferenças no cálculo de horas-extras, adicionais noturno e reflexos no descanso semanal remunerado.

Nesse contexto, não basta conhecer as regras: é essencial compreender como aplicá-las na prática, diante de situações concretas que envolvem riscos jurídicos, financeiros e operacionais.

O presente curso foi concebido com foco eminentemente prático, voltado à realidade vivenciada por aqueles que atuam na gestão e fiscalização de contratos administrativos. A proposta é oferecer uma visão integrada de todo o ciclo da execução contratual, desde a formalização até o encerramento, com ênfase nas rotinas efetivas de acompanhamento, controle e tomada de decisão. Ao longo do programa, serão abordados temas essenciais como a atuação do gestor e do fiscal, a organização dos fluxos de fiscalização, a realização de medições e pagamentos, bem como a aplicação de instrumentos como glosas, sanções e alterações contratuais.

CONTRATOS

GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS PÓS-REFORMA TRIBUTÁRIA E ESCALA 5X2

15 A 17 MAR/2027

BRASÍLIA/DF

Um dos grandes diferenciais do curso reside na abordagem aprofundada dos aspectos trabalhistas e financeiros relacionados aos contratos com dedicação exclusiva de mão de obra. Serão exploradas, de forma detalhada, as práticas de fiscalização administrativa, incluindo a verificação do cumprimento de obrigações como recolhimento de FGTS e INSS, uso de ferramentas como o eSocial e o FGTS Digital, controle de jornada, compensação de horas e concessão de benefícios aos trabalhadores terceirizados. Paralelamente, serão analisados os impactos da reforma tributária e do fim da jornada 6x1 na execução contratual, especialmente quanto à recomposição de custos, alterações na carga tributária incidente sobre os contratos e seus reflexos em pedidos de reequilíbrio, reajuste e repactuação.

Ao final, o participante estará mais preparado para enfrentar os desafios da execução contratual com segurança, desenvolvendo uma atuação mais eficiente, preventiva e alinhada às exigências dos órgãos de controle. Trata-se de uma capacitação que busca não apenas transmitir conhecimento, mas sobretudo aprimorar a capacidade de análise crítica e de tomada de decisão, contribuindo para uma gestão contratual mais qualificada, transparente e orientada a resultados.

PÚBLICO-ALVO

Profissionais e servidores públicos envolvidos na gestão e na fiscalização de contratos administrativos, fiscais e gestores de contratos, fiscais administrativos de contratos de terceirização, além de membros de conselhos municipais e estaduais, assessores e consultores jurídicos, pregoeiros, agentes de contratação e membros das equipes de apoio, membros de comissões de contratação, bem como profissionais do controle interno ou externo.

CARGA HORÁRIA: 24 HORAS

(durante 03 dias corridos)

CONTRATOS

GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS PÓS-REFORMA TRIBUTÁRIA E ESCALA 5X2

15 A 17 MAR/2027

BRASÍLIA/DF

ESPECIALISTA



THIAGO ZAGATTO

Advogado e Engenheiro Civil. Doutorando em Direito Econômico. Auditor do Tribunal de Contas da União. Especialista em terceirização de serviços pela Administração Pública. Autor do Livro Equilíbrio Econômico-Financeiro em Serviços Terceirizados. Autor de artigos relacionados à terceirização. Parecerista. Professor do ISC/TCU. Palestrante em diversos eventos relacionados a contratações públicas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Formalização do Contrato

- Termo contratual e hipóteses de dispensa e/ou substituição;
- Contratos decorrentes de credenciamento;
- Contratos decorrente de Sistema de Registro de Preços;
- Contratos relativos a inscrições em eventos;
- Compras para entrega imediata;
- Contratos de locação;
- Contratos de prestação de serviços públicos em regime de monopólio;
- Cláusulas obrigatórias no Contrato;
- Publicação: PNCP e meios oficiais;
- Garantia de execução contratual: formas, prazos, como exigir;
- Indicação dos fiscais e gestores;
- Providências iniciais da execução do contrato;

Categorias de serviços e implicações contratuais:

- Serviços continuados e não continuados; Serviços por escopo e por prazo; Serviços com dedicação exclusiva de mão de obra; Serviços de engenharia e obras; Diferenças entre fornecimento e serviço;

- Prazos máximos de vigência segundo a natureza do objeto contratado;
- Aspectos orçamentários relacionados ao fato de um serviço ser contínuo ou não;

Fiscalização e Gestão do Contrato:

- Fluxo processual da indicação do fiscal e do gestor do contrato;
- As atribuições de cada um de acordo com a IN 5/2017 – MPDG e com as disposições do Decreto 11.246/2022;
- A segregação de funções – medidas de aprimoramento da governança;
- A possibilidade de recusa da função de fiscal e gestor;
- Os setores auxiliares para a instrução de processos de sanção, alteração, reequilíbrio, repactuação e reajuste;

Fiscalização Técnica:

- Montagem do plano de fiscalização;
- Providências iniciais: garantia, reunião documentos a serem apresentados;
- Orientações básicas aos contratados;
- Procedimentos mensais: medições, aplicação de IMR, passo a passo da elaboração da medição, recebimentos provisório e definitivo, até o pagamento;

Fiscalização administrativa:

- Fiscalização Inicial: CTP, relação de funcionários, exames admissionais, programas de saúde e segurança do trabalho etc;
- Fiscalização mensal: verbas trabalhistas, encargos, certidões negativas. Providências em caso de atraso no recolhimento de verbas trabalhistas e previdenciárias;
- O uso do FGTS digital;
- Recursos disponíveis no e-social;
- Como montar um checklist de verificação das verbas trabalhistas;
- Procedimentos nos casos de rescisão do contrato de trabalho.
- A fiscalização administrativa: afinal haverá fiscais administrativos em todos os contratos?
- Fiscalização Setorial x Riscos envolvidos: alternativas possíveis; • Fiscalização/análise por amostra ou censo;
- Atrasos nos pagamentos dos trabalhadores por parte da empresa: alternativas para a Administração;

GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS PÓS-REFORMA TRIBUTÁRIA E ESCALA 5X2

- Alternativas e otimização do preposto do contrato;
- Listas de verificação ou relatórios de fiscalização;
- Elaboração de relatório conclusivo da condição da empresa;
- Retenções e descontos do trabalhador (IRRF, INSS, VT, VR, VA);
- Cálculo de Férias e prazos para pagamentos;
- Cálculo de Decimo Terceiro e prazos para pagamento;
- Descontos de dias de ausência e impacto no 13º, Férias, VR, VA e VT;
- Cálculo de Verbas Rescisórias;
- ASO (admissional, demissional, periódico, retorno de afastamento);
- Responsabilidade da Administração sobre Segurança do Trabalho (Utilização EPI, fiscalização, etc);
- Como aferir a efetiva disponibilização de benefícios (plano de saúde, assist. Médica) aos empregados terceirizados.
- Os exames periódicos são obrigatórios para os funcionários da Contratada?
- Contratos de Trabalho: Tipos de contratos, direitos e deveres de cada modalidade.
- Jornada de Trabalho e horas Extras: Limites, compensação e banco de horas, interjornada e intrajornada.
- Rescisão Contratual: regras e procedimentos para demissão consensual.
- Aplicação do Decreto Federal 12.174/2024
- Garantias trabalhistas a serem observadas na execução dos contratos administrativos no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

Aplicação da IN Seges/MGI 81/2024

- Regras e procedimentos para a possibilidade de compensação de jornada nos contratos de prestação de serviços contínuos, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Fixação dos salários e benefícios dos terceirizados segundo a CCT paradigma da Administração

- Como aplicar as regras de fixação dos salários do Decreto 12.174/2024 na licitação e nas repactuações;
- A concessão do auxílio-creche pelo fato-gerador. Como proceder.

Medições e Pagamentos

- Fluxo processual e responsabilidades para a realização dos pagamentos;

GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS PÓS-REFORMA TRIBUTÁRIA E ESCALA 5X2

15 A 17 MAR/2027
BRASÍLIA/DF

CONHECIMENTO É PODER | CONHECIMENTO É PODER

- Ordem cronológica – IN 77/2022 Seges/ME: desrespeito da ordem cronológica, o que fazer?
- Operação de Crédito para antecipação de recebíveis: Exemplo: Antecipagov
- Procedimentos legais para a liquidação da despesa: responsável pelo ateste;
- A possibilidade de antecipação de pagamento;
- A responsabilidade por superfaturamento na visão do TCU;
- Provisões para a conta vinculada e/ou do pagamento pelo fato-gerador;
- Certidões Exigidas para a realização do pagamento;
- Procedimentos caso a empresa possua Sicaf vencido ou certidão positiva;
- Pagamento sem cobertura contratual: riscos, alternativas;

Glosas Contratuais:

- Situações comuns de glosas: ausência de posto, não pagamento de determinadas rubricas, férias não substituídas, ausências não repostas, recessos, feriados exclusivos dos servidores públicos;
- Como proceder a glosa: demonstrações práticas de cálculos das glosas contratuais em cada uma das hipóteses de glosa;
- Como conciliar as glosas com o pagamento pelo fato gerador e com a conta-vinculada.

Recebimento do objeto:

- Recebimento Provisório e Definitivo: condições, formalidades, prazos e efeitos jurídicos;

Suspensão e Extinção Contratual

- Suspensão do Contrato: unilateral pela Administração e pelo particular; consensual; sustação de parte da execução;
- Efeitos da suspensão integral e parcial;
- Suspensão e indenização;
- Situações ensejadoras da extinção;
- Espécies de extinção: unilateral, consensual, arbitral, judicial;
- Extinção e devido processo legal: contraditório e ampla defesa;
- Cautelar administrativa;
- Extinção por atraso no pagamento e/ou descumprimento contratual;
- Extinção contratual e indenização;
- Suspensão

GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS PÓS-REFORMA TRIBUTÁRIA E ESCALA 5X2

Infrações e Sanções Administrativas

- O regime das sanções aplicadas pela Administração Pública;
- Sujeito passivo das sanções:
- Caso específico de contratações com pessoas físicas, como nos credenciamentos;
- Natureza da responsabilidade do contratado: objetiva ou subjetiva;
- As sanções da Lei 14.133/2021:
- Advertência;
- Multa;
- Impedimento de Licitar e Contratar;
- Declaração de Inidoneidade;
- Possibilidade de aplicação isolada da multa;
- Efeitos das sanções na prorrogação dos contratos;
- Necessidade de tipificação específica das condutas em instrumento convocatório ou processo de contratação direta;
- A responsabilidade pela apuração, notificação, instrução e aplicação das sanções;
- Necessidade de Comissão, possibilidade de equipe de fiscalização atuar no processo de apuração de responsabilidade;
- Campo de aplicação das sanções, responsabilidade pelos registros dos impedimentos;
- A dosimetria e a formalização das sanções;
- Contraditório e ampla defesa;
- Recursos: prazos, efeitos, autoridade julgadora;
- Multa moratória;

Alterações e Prorrogações Contratuais

- As possibilidades de alteração contratual previstas na Lei 14.133/2021 e na Lei 13.303/2016;
- Limites quantitativos e qualitativos;
- O critério para a aplicação do limite de 25% ou 50%: valor do contrato, itens individuais;
- Os cuidados com os aditivos para manutenção da isonomia;
- Limites aplicáveis aos contratos de serviços continuados: valor anual ou quinquenal?
- Condições para a prorrogação do contrato: fornecimentos e serviços continuados e não continuados;

- Condições para a prorrogação de serviços continuados;
- Prorrogação de vigência de ata de registro de preços: renovação do saldo?
- Prorrogação em contratos de escopo: necessidade de formalização de aditivo?

Reequilíbrio, Repactuação e Reajuste

- **Reequilíbrio/Revisão:**
  - Influência da Matriz de Riscos Contratual;
  - Hipóteses comuns;
  - Necessidade de evidenciação do: fato extraordinário ou do príncipe e dos impactos específicos no contrato;
  - Demonstração analítica e forma de cálculo;
  - A comprovação a onerosidade excessiva – entendimento do TCU sobre a supressão do lucro líquido;
  - Casos comuns de pedidos que devem ser negados;
  - Variações ordinárias, comparações com outros contratos, ausência de demonstração dos impactos específicos – hipóteses comuns de não cabimento;
  - Oscilações de tributos, quantidades de insumos, custos dos insumos – como proceder?
- **Reajuste:**
  - Clausula contratual obrigatória na Lei 14.133/2021 e casos de omissão;
  - Anualidade, base de cálculo e data de referência;
  - Índices a serem utilizados nas situações mais comuns;
  - Possibilidade de usar índices distintos no mesmo contrato;
  - Acumulação do reajuste com a revisão;
  - Condições para conceder o reajuste: momento de pedir, prazo para analisar e conceder;
  - Formalização do reajuste;
  - Procedimentos assessórios: reforço de empenho, garantia;
  - Reajustes em contratos com dedicação exclusiva de mão de obra: vedado?
- **Repactuação**
  - O uso da repactuação – origem, fundamentos, emprego nas contratações com dedicação exclusiva de mão de obra;
  - Necessidade de pedido com demonstração analítica das variações;

GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS PÓS-REFORMA TRIBUTÁRIA E ESCALA 5X2

- Data de origem a ser considerada;
- A cumulação de reajuste e repactuação no mesmo contrato: possível?
- Qual o critério de reajustamento a adotar quando o salário utilizado na planilha não for extraído da CCT;
- Alterações de alíquotas do FAP e de tributos são motivadores para reequilíbrio?
- CCT não homologada e pedido de repactuação: o que fazer?
- A anualidade das repactuações e reajustes: como aferir;
- É possível conceder repactuação ou reajuste com menos de um ano de vigência do contrato? Ou com menos de um ano da ultima CCT ou do ultimo reajuste?
- Falta de homologação da CCT pela Secretária do Trabalho e impactos na repactuação;
- Efeitos retroativos das repactuações;
- Procedimentos secundários de formalização da repactuação e reajuste: reforço de empenho, garantia;
- Periodicidade, preclusão x prescrição;
- Passo a passo de cálculo de caso concreto de um pedido de repactuação.

A gestão dos Contratos com a Reforma Tributária

- Regimes tributários e período de transição
- Simples Nacional, lucro presumido e lucro real: diferenças relevantes para encargos, incidências tributárias, competitividade e formação da planilha estimativa ou da proposta.
- Emenda Constitucional nº 132/2023, Lei Complementar nº 214/2025, Lei Complementar nº 227/2026 e regulamentação da CBS: alterações relevantes para contratos de serviços.
- Cronograma de substituição gradual do PIS, da Cofins e do ISS por CBS e IBS; cuidados com contratos assinados e executados sob regimes distintos.
- Efeitos da não cumulatividade sobre os custos
- Incidência dos novos tributos sobre a operação e diferença entre alíquota nominal, débito apurado, créditos admitidos e carga tributária efetiva.
- Tratamento tributário dos insumos do Módulo 5 — uniformes, EPIs, materiais, equipamentos, manutenção, locações e serviços de terceiros — e documentação para justificar os créditos.
- Créditos em aquisições de fornecedores optantes pelo Simples Nacional, hipóteses de alíquota reduzida ou zero e situações em que o aproveitamento é limitado.
- Revisão de custos de aquisição e preços de insumos sem presumir que todo crédito fiscal se transforma, automaticamente, em redução do preço da contratada.
- Repercussões no Módulo 6 e na execução contratual

- Identificação dos tributos que integram o preço, definição das bases de cálculo e preenchimento das linhas tributárias durante a transição.
- Cálculo comparativo de preço e carga efetiva antes e depois da reforma, com distinção entre custo tributário, efeito financeiro e alteração do fluxo de caixa.
- Compras governamentais, documentação fiscal e split payment: hipóteses de aplicação, retenção/segregação e repercussões sobre capital de giro e pagamentos.
- Demonstração analítica de aumentos ou reduções de custo e tratamento na revisão contratual, inclusive de ofício quando cabível.

Redução da jornada e fim da escala 6x1

- A Emenda Constitucional nº 141/2026 e as regras de transição
- Origem na PEC nº 221/2019; jornada de 42 horas semanais após dois meses e de 40 horas após mais doze meses; dois dias de repouso remunerado e preservação do salário.
- Escalas 5x2, compensação por instrumento coletivo, jornadas especiais e profissionais que já trabalham 40 horas ou menos: o que efetivamente muda.
- Art. 9º da Emenda Constitucional nº 141/2026: particularidades dos contratos públicos vigentes, aditamento para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro e prazo máximo de um ano.
- **Recalcular as rubricas trabalhistas e o dimensionamento dos postos**
- Divisores mensais de referência para 44, 42 e 40 horas semanais (220, 210 e 200 horas, conforme a situação); valor da hora normal, valor da hora extra e preservação do salário mensal.
- Revisão dos adicionais noturnos, hora noturna reduzida, horas extras habituais, trabalho em domingos e feriados e reflexos no descanso semanal remunerado, sem duplicidades.
- Reflexos sobre encargos, provisões, benefícios vinculados aos dias de trabalho, ausências e custo de reposição.
- Quais postos poderão demandar nova composição de equipe: atendimento aos sábados, vigilância, portaria, recepção, limpeza, manutenção e serviços de funcionamento ininterrupto.
- Comparação entre aumento do custo-hora, necessidade de novos profissionais e possibilidade de reorganização das escalas sem ampliar o quantitativo contratado.
- Efeitos da jornada nas composições de mão de obra do Sinapi, Sicro e outras bases de referência: horas produtivas, encargos sociais, encargos complementares e custo horário.
- Tratamento de coeficientes de mão de obra, produtividade, turnos e prazos de execução nos serviços e nas obras de engenharia; cautelas com tabelas ainda não atualizadas.
- Apuração do impacto efetivo nos contratos em execução, comparação de planilhas e composições antes/depois e documentação necessária à formalização do aditamento ou da revisão.

CONTRATOS

GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS PÓS-REFORMA TRIBUTÁRIA E ESCALA 5X2

15 A 17 MAR/2027
BRASÍLIA/DF

INVESTIMENTO

R$ **4.190,00**
(quatro mil, cento e noventa reais)

INCLUSO NA INSCRIÇÃO

- Material de Apoio: apostila, caneta, lápis, borracha e caderno;
- Certificado de capacitação e aperfeiçoamento profissional registrado em cartório (digital);
- 06 coffee breaks + 03 almoços;

DATA, LOCAL E HORA

15 A 17 DE MARÇO DE 2027
BRASÍLIA/DF

Das 8h30 às 12h00 e das 13h00 às 17h30
Local: Lets Idea Brasília Hotel
Endereço: SHN Q 5 Bloco B - Asa Norte, Brasília - DF, 70705-020

A CON Treinamentos reserva-se o direito de cancelar, reagendar o curso ou trocar o palestrante, comprometendo-se a informar os inscritos o quanto antes. A empresa permanece isenta de qualquer sanção, indenização ou reparação (material e moral).

GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS PÓS-REFORMA TRIBUTÁRIA E ESCALA 5X2

15 A 17 MAR/2027
BRASÍLIA/DF

INSCRIÇÃO E PAGAMENTO

A inscrição poderá ser efetuada pelo telefone **(41) 3068-3858**, através do e-mail **contato@contreinamentos.com.br** ou pelo nosso site **www.contreinamentos.com.br**.

O pagamento deverá ser realizado em nome de CONNECTON MARKETING DE EVENTOS LTDA, CNPJ 13.859.951/0001-62 nos seguintes bancos:

Banco nº 001
Ag. 3041-4
C/C 125211-9

Banco nº 341
Ag. 0615
C/C 21708-0

Banco nº 237
Ag. 02037
C/C 0496760-7

PagSeguro

Boleto

Pronto para dar o próximo passo com a gente?

A **#CasaCON** acredita que o **conhecimento** tem o **poder** de transformar carreiras, vidas e (por que não?) o futuro do nosso país. Se você é tão apaixonado por aprender quanto nós, está no lugar certo! **Estamos aqui para acelerar seu desenvolvimento e ajudar você a alcançar novas conquistas com segurança e eficiência.**

Quero me inscrever agora!



Se preferir, entre em contato com nossa central de relacionamento:

(41) **3068-3858**
(41) **9 9514-1110**

contato@contreinamentos.com.br

Acompanhe nossas Redes Sociais:

@contreinamentos

CON treinamentos | #EU ME IMPORTO